



## REGISTRO DE REUNIÃO

## GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**DADOS DA REUNIÃO**

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
23/06/2022	15h00	18h00	Virtual

**PARTICIPANTES**Membros do Gape:

Nome	Unidade	Presença
Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente)	Anatel	Presente
Nilo Pasquali (Secretário)	Anatel	Presente
Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Titular)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Daniela Naufel Schettino (Suplente)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Ana Caroline Santos Calazans (Titular)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Álvaro José de Andrade Carneiro (Suplente)	Ministério da Educação (MEC)	-
Neiva Miranda Coelho (Titular)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Margaret Cadete Moonsammy (Suplente)	Algar Telecom S.A. (Algar)	-
Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Titular)	Claro S.A. (Claro)	-
Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Ara Apkhar Minassian (Titular)	Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. (Neko)	-
Luiz Faria Quintão (Suplente)	Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. (Neko)	-
Camilla Tedeschi de Toledo Tapias (Titular)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	-
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Marcelo Concolato Mejias (Titular)	TIM S.A. (TIM)	-
Marcio Couto Lino (Suplente)	TIM S.A. (TIM)	-

Outros participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Carolina Henn Bernardi Lellis	Anatel
Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo	Anatel
Eduardo Marques da Costa Jacomassi	Anatel
Felipe Roberto de Lima	Anatel
Fernando Di Pietro Cordenonssi	Anatel
Frederico Gomes Barbosa	Anatel
Gesilea Fonseca Teles	Anatel
Gustavo Facundo Arantes	Anatel

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Livia Caruline dos Santos Lima de Sá	Anatel
Maria Lúcia Ricci Bardi	Anatel
Marcio Lucas Graciano Junior	Anatel
Renato Couto Rampaso	Anatel
Juliana Kramer	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Conrado Leiras Matos	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Marcio N. Mignon	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Maria Parreiras	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Ricardo Rivera	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Wellington Gomes	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Maxwell Borges de Moura Vieira	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE)
Luiz Carlos Gonçalves	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE)
Marcelo L Ribeiro	KPMG
Fernando Cezar Cysne Furquim	Ministério das Comunicações (MCOM)
Hélio Mauricio Miranda da Fonseca	Ministério das Comunicações (MCOM)
Fernando Cezar Cysne Furquim	Ministério das Comunicações (MCOM)
Rafael Cardoso Reis	Ministério das Comunicações (MCOM)
Luiza Catarina Souza Carvalhal	Ministério da Educação (MEC)

## PAUTA

Item	Descrição
1	Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do Gape do dia 31 de maio de 2022
2	Apresentação da Iniciativa BNDES Educação Conectada
3	Acompanhamento da EACE
4	Apresentação sobre o projeto piloto de conectividade nas escolas e acompanhamento dos trabalhos do Subgrupo Técnico de Diagnóstico e Projetos
5	Informações sobre o Subgrupo Técnico Financeiro
6	Informações sobre o Subgrupo Técnico de Comunicação
7	Outros Assuntos
8	Próxima reunião e próximos passos

## RELATO DA REUNIÃO

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape** deu início à 6ª Reunião Ordinária, agradecendo a participação de todos e desejando que a reunião fosse bastante interativa, como tem acontecido habitualmente. Relacionou a seguir os 8 itens previstos para a reunião e iniciou com o primeiro item da pauta.

### 1. APROVAÇÃO DA ATA DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAPE

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, se referiu ao encaminhamento, por e-mail, da minuta de Ata da 5ª Reunião Ordinária do Gape, ocorrida em 31/05/2022, e questionou aos membros se haveria algum comentário ou sugestão de ajuste à minuta que foi encaminhada.

Como não houve comentários adicionais, declarou aprovada a Ata da 5ª Reunião Ordinária do Gape, informando que, após assinada por ele e pelo **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, a ata seria disponibilizada no SEI, para assinatura dos demais membros e, posteriormente, no espaço reservado ao Gape no site da Anatel.

Passou então para o item número 2 da pauta.

### 2. INICIATIVA BNDES EDUCAÇÃO CONECTADA

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, apontou para a experiência exitosa da Iniciativa do BNDES Educação Conectada, que seria compartilhada com o Gape e deu boas vindas aos representantes do BNDES. Em seguida, passou a palavra para **Conrado Leiras Matos, Chefe de**

**Departamento de Educação do BNDES**, agradecendo sua disponibilidade e afirmando a importância para o Gape de conhecer a iniciativa e a experiência do BNDES.

**Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, cumprimentou a todos, apresentou os demais representantes do BNDES, presentes à reunião, **Ricardo Rivera, Chefe de Departamento de Telecomunicações do BNDES, Juliana Kramer e Maria Parreiras**, ambas integrantes do **Departamento de Educação do BNDES**. Iniciou então sua apresentação, Iniciativa BNDES Educação Conectada (8710098), que foi anexada a esta Ata.

Informou tratar-se de iniciativa de 2018, em parceria do BNDES com o MEC, para contribuição à Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), que é formada por um conjunto de ações, organizadas nas quatro dimensões, que devem ser contempladas e estar em equilíbrio (Teoria Four in Balance, Kennisnet, Holanda): Visão, Competência, Conteúdos, Recursos Digitais e Infraestrutura.

Abordou a concepção da iniciativa e apresentou as localidades beneficiadas, o número de escolas, professores e alunos alcançados por meio da iniciativa. Apontou que, além o BNDES e do MEC, o projeto contou com diversos parceiros técnicos e financiadores.

Trouxe uma visão geral dos 6 projetos, apoiados em diferentes territórios contemplados, que abrangeram 17 redes de ensino, municipais e estaduais, em 6 estados da federação (Bahia, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins), investimentos realizados e ações, algumas ainda em curso, para o alcance dos objetivos dos projetos apoiados.

A partir dessas ações, apresentou um legado resultante da iniciativa que inclui Guias, *Templates*, Ferramentas e Orientações, que foram desenvolvidos e podem ser compartilhados para que possam contribuir para diversas iniciativas voltados para o tema.

A seguir abordou os aprendizados, resultantes da iniciativa e destacou a necessidade de simplificação do processo de aquisição de equipamentos; da importância do trabalho com redes de diferentes perfis, para se ter uma visão mais clara sobre desafios das Secretarias de Educação na implementação de políticas de inovação e tecnologia; da organização da governança nas escolas desde o início do projeto, e da compreensão dos desafios das redes em planejar a conectividade das escolas; indicou também a importância de troca entre territórios como estratégia de fortalecimento das ações e equipes.

Trouxe informações sobre a Estratégia de Monitoramento e Avaliação, com a identificação de indicadores para avaliação de impacto e eficácia dos projetos.

E informou que, a partir disso, como resultado da experiência apresentada, foi construído o Observatório de Tecnologia na Escola - OTec, disponível em <https://otec.net.br/>, que reúne os produtos de monitoramento e avaliação, desenvolvidos a partir da iniciativa, com o objetivo de ser uma plataforma que permita a promoção, produção e disseminação de informações e conhecimentos sobre programas e políticas públicas de uso de tecnologia na educação e ser um legado para novas políticas públicas sobre o tema.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu os comentários e parabenizou ao BNDES pela excelente iniciativa, agradecendo mais uma vez pela presença e disponibilidade em compartilhar as informações com o Gape. Comentou a ausência da Região Norte nos projetos do BNDES, e apresentou os seguintes questionamentos: qual teria sido a contribuição dos parceiros mencionados ao projeto; qual a data de término da execução dos projetos e quando as escolas receberam a conectividade; se houve monitoramento após a efetivação dos projetos para saber se, de fato, havia sido constatada mudança na educação dos alunos, na realidade da escola, ou em torno da escola; se o BNDES poderia ser um parceiro do Gape; se o modelo do projeto de conectividade foi por meio de fibra ótica; se os projetos contemplaram o aumento da velocidade de escolas que já tinham conectividade ou partiram do zero, laboratório de informática; se os projetos contemplaram treinamento de professores e se o aprendizado dos professores foi efetivo.

**Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, agradeceu pela apresentação e cumprimentou **Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, pelo trabalho desenvolvido. Questionou a respeito do que teria sido entregue para as escolas em termos de equipamentos e laboratório de informática, pois gostaria de entender exatamente o que foi entregue

para as escolas. Além disso, indagou, com base na experiência com o projeto do BNDES, quais cuidados recomendaria para os integrantes do Gape. Afirmou que, com relação à ênfase dada para a dificuldade com relação à aquisição de equipamentos e licitações pelas escolas, com o modelo adotado pelo Gape, o assunto estaria sendo endereçado de maneira diferente pois as aquisições seriam realizadas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE), o que deveria simplificar as aquisições.

**Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, afirmou que, de fato, seus comentários e aprendizado se baseavam na realidade e na concepção da iniciativa do BNDES e que os maiores gargalos foram os processos licitatórios, o que não deve acontecer com a EACE fazendo essas aquisições e distribuição.

Ainda assim, afirmou permanecer o grande desafio de dialogar com a realidade da escola. Como exemplo, disse que, se o problema é alfabetização, como se deveria tratar alfabetização com tecnologia. E que a dificuldade estaria em identificar o recurso educacional digital relacionado à alfabetização. Destacou a necessidade da maior participação e engajamento dos professores, para que efetivamente aprendam a usar a tecnologia e possam incorporar os recursos educacionais digitais às atividades educacionais, na sala de aula e no cotidiano. Além disso, destacou outro ponto que seria a existência de uma equipe multidisciplinar que fizesse a interlocução com os profissionais de educação que atuam no dia a dia da escola.

Informou não ter sido tratada a questão da conectividade e que a iniciativa do BNDES se destinou a projetos da escola para dentro, contemplando a infraestrutura, equipamentos e tudo mais, da porta da escola para dentro, não havendo investimentos em conectividade.

Com relação ao status dos projetos, informou que os projetos iniciaram em datas diferentes e ainda houve dificuldades relacionadas à pandemia com a paralisação das escolas e também dos projetos. Informou que quatro projetos já haviam sido concluídos e que agora é que se iniciou a utilização dos recursos digitais. Disse que dois projetos estavam recebendo os equipamentos no início de 2022.

Com relação ao monitoramento, informou estar sendo todo realizado pelo Observatório de Tecnologia na Escola - OTec, disponível em <https://otec.net.br/>, que reúne os produtos de monitoramento e avaliação e indicadores, desenvolvidos a partir da iniciativa do BNDES.

Esclareceu sobre a diferente realidade das escolas, havendo casos, como Paraná e Rio Grande do Sul, onde só foi feita a aquisição dos terminais pois as escolas já dispunham da rede interna. Já, nos demais estados, Bahia, Paraíba, Sergipe e Tocantins, foi necessário maior investimento, para aquisição de equipamentos de conectividade e servidores para dentro da escola.

Não se adotou a abordagem de Laboratório de Informática e o que foi adotado foram os carrinhos que circulam e transportam equipamentos para as salas de aula. Disse já existirem kits de carrinhos dimensionados para determinada quantidade de alunos e de professores.

Com relação ao projeto da Região Norte, lembrou que foi contemplado o Estado de Tocantins e que a ideia original era ter um projeto em cada uma das cinco regiões, mas por alguns problemas de contratação não foram contempladas duas regiões. Destacou considerar importante a escolha das cidades, que é importante escolher tanto municípios pequenos, com grande quantidade de escolas rurais, quanto municípios grandes e em regiões metropolitanas, que contemplam uma heterogeneidade e mais diversidade ao aprendizado.

**Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC**, cumprimentou **Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, lembrou tratar-se de iniciativa em parceria entre o BNDES e o MEC, cuja ideia inicial era realmente um projeto piloto pra o Programa de Inovação Educação Conectada, que os aprendizados apresentados fortalecem o que já vem sendo abordado pelo MEC, quando se fala de educação e quando se fala de conectividade para as escolas. Afirmou existirem fragilidades nas redes de ensino para realizarem contratação, e, nesse sentido, entende que a política de se centralizar a contratação é positiva. Ressaltou ainda as dificuldades com relação à seleção dos projetos porque as redes não conseguiam nem sequer elaborar seus projetos, o que ocasionou dificuldade desde o início com a implementação. Disse que isso confirma que, após a entrega da conectividade, há todo um outro trabalho a ser executado. Destacou tratar-se de projeto distinto do projeto do Nordeste Conectado,

que incluiu a contratação da conectividade e uma estrutura olhando para as quatro dimensões da implementação da política em todas as etapas.

Destacou ainda a importância do Observatório de Tecnologia na Escola – Otec para acompanhamento e monitoramento das quatro dimensões; e os aprendizados decorrentes da iniciativa, que partiu já da conectividade existente, para dentro da escola, olhando para a realidade local.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, afirmou ter entendido que o diferencial do projeto apresentado foi a chamada pública para seleção dos projetos, o que implica algum tipo de participação ativa do ente que teve que propor um projeto e demonstrar interesse. Complementou, afirmando que o projeto não foi simplesmente levado às redes de ensino, mas que foi aberto um processo, para o qual os interessados se candidataram e apresentaram um projeto, mesmo com suas dificuldades inerentes. Disse considerar que esse aspecto ajudou muito, pelo menos na interlocução e na participação ativa das redes de ensino, já que elas demonstraram interesse em participar.

Afirmou que o ponto positivo, no caso do Gape, é justamente não haver necessidade de repasse de dinheiro para que as redes de ensino façam a contratação, que pode ser feita diretamente pela EACE, entidade privada, que absorve a parte burocrática de licitação, armazenamento e distribuição, o que agiliza a operação. No entanto, disse considerar como ponto negativo a falta do contato do Gape com as redes de ensino, contato esse que promove o engajamento da rede, desde o início do projeto.

Concluiu, afirmando considerar necessária a continuidade das interações do Gape com iniciativas como essa apresentada pelo BNDES, assim como a da RNP e outras que têm sido noticiadas, para conhecer melhor e absorver a experiência de interação e promoção do engajamento das redes de ensino e dos municípios, para que se garanta a execução das obras necessárias, que irão resultar na disponibilidade da conectividade para a escola e também no acompanhamento dos resultados, não da obra em si, que será feita pela EACE, mas dos resultados alcançados, com a avaliação de se, de fato, houve a transformação da realidade da escola e da qualidade do ensino, conforme foi imaginada para o projeto. Reafirmou a necessidade de continuidade das interações para que o Gape possa absorver a experiência das outras iniciativas e possa estabelecer como será realizada e quem será responsável por essa avaliação da qualidade do que foi implantado e dos resultados positivos ou negativos.

**Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, esclareceu que os Estados é que tinham que manifestar o interesse em participar e, em 2018, na fase da Chamada Pública, o BNDES recebeu 27 manifestações de interesse (26 Estados e o Distrito Federal). Afirmou que a chamada resultou em uma segunda fase, com a apresentação de 26 projetos, sendo que apenas um Estado não apresentou projeto, situação pontual, decorrente de uma greve no Piauí. Explicou que, em relação aos municípios, se tentou induzir, dentro do arranjo institucional entre o Estado e os Municípios, um regime de colaboração entre os entes federativos, com a inserção de alguns parâmetros, pelo BNDES, para que a escolha dos municípios resultasse na diversidade já comentada, com municípios grandes e pequenos e projetos que poderiam ser apresentados em parceria com um ou dois municípios. Continuou sua explicação, dizendo que inicialmente foram escolhidos seis projetos, que incluíam os estados de Minas Gerais e Goiás, que acabaram saindo, o que resultou em novas articulações, que resultaram, posteriormente, na entrada dos estados do Paraná e Bahia. Destacou ter sido bastante importante que o interesse tenha partido das Redes de ensino dos Estados e Municípios.

Mencionou também o aspecto, já apontado pela **Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC**, com relação à dificuldade na elaboração dos projetos e informou que, entre a manifestação de interesse e a apresentação de projetos houve uma fase de oficinas e de apoio técnico, a fim de suprir a grande dificuldade na elaboração de projetos, inclusive com falta de clareza para as proponentes de saber qual seria o objetivo do projeto, que algumas vezes era muito genérico e outras, focado na tecnologia. Afirmou que, para encontrar o desafio educacional, e, a partir desse desafio, fazer o desenho do projeto, houve um grande trabalho realizado com o CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira) para dar materialidade às secretarias de educação, para a elaboração de projetos com mais qualidade.

Ressaltou ser grande o desafio em termos de escala e que, na sua percepção, não existe uma solução única. Exemplificou com o caso da licitação, que foi realizada em um período razoável, no Paraná e no Rio

Grande do Sul, onde já existiam processos adequados e as secretarias já tinham maturidade para a realização das aquisições e, também, as escolas já dispunham de equipamentos e alguma infraestrutura, o que exigiu aquisições mais simples. Alertou que outros entes apresentam maior dificuldade, bem como outros desafios de gestão pública e por isso houve necessidade de muito mais tempo para a realização das aquisições.

Afirmou considerar necessária a existência de uma soma de instrumentos, considerada a escala de municípios a serem atendidos no país, seja para aquisição direta pelas redes ou na forma apresentada por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, com a contratação feita por uma entidade privada, ou, ainda, por meio da adesão a uma ata de registro de preços. Afirmou, tratar-se de um processo contínuo, considerada a obsolescência dos equipamentos e concluiu dizendo que a redução da complexidade para quem fosse fazer a compra direta, caberia sim, como aprendizado da experiência do BNDES.

**Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC**, respondeu ao **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, acerca da responsabilidade pela comunicação com as redes de ensino e pelo acompanhamento do projeto, afirmando que deveriam estar dentro das competências do Ministério da Educação, que é responsável pela comunicação, considerando a capilaridade do MEC junto aos dirigentes municipais e secretários de educação e que o acompanhamento, a coordenação e a avaliação dos pontos positivos e negativos têm que ser realizados no âmbito da própria PIEC, a fim de universalizar o acesso, independente da origem do recurso. Assim considera que não caberia a outro órgão ou a outra entidade que não ao Ministério da Educação, realizar o monitoramento e o acompanhamento do resultado efetivo dos projetos do Gape, que vai ser feito perenemente. Informou que, seguindo o fluxo dos seus próprios programas, o MEC indica, planeja, executa e, após a implementação dos projetos, monitora para avaliar os resultados. Assim, sugeriu ser necessário, no desenho dos projetos pilotos do Gape, já estarem contemplados o apoio do MEC na seleção de quem vai receber essa entrega e no acompanhamento, que deverá ser contínuo, do ponto de vista pedagógico. Acrescentou que não há como o MEC se eximir dessa responsabilidade e que, portanto, não deve existir uma preocupação com quem iria fazer esse acompanhamento, uma vez que, depois de realizada a entrega, o acompanhamento e o monitoramento estão contemplados dentro da política de acompanhamento da questão da inovação mesmo, que é a questão da conectividade e da prática pedagógica.

**Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, questionou se o material produzido pelo BNDES estaria disponível, se seria material público de forma irrestrita e ainda onde estaria disponível para consulta.

**Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, esclareceu que a ideia era exatamente essa, de deixar o material disponível e que parte do material já estaria sendo disponibilizado pelo CIEB, parceiro do BNDES, que também deverá disponibilizar esse material diretamente em sua página. Acrescentou que, se houvesse interesse, poderiam conversar para disponibilizar esse material de forma organizada e que a ideia era realmente compartilhar a experiência. Por fim, se colocou à disposição do Gape.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, parabenizou a excelente iniciativa do BNDES e alertou para que **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, aceitasse a disponibilidade do representante do BNDES, para que fosse mantido um contato permanente, para colaboração na realização do projeto piloto do Gape e, considerando que não houveram mais questionamentos, dirigiu seus agradecimentos ao **Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, pela presença e disponibilidade em compartilhar as informações e solicitou a disponibilização dos slides da apresentação que teria contribuído muito com o trabalho em curso, afirmando que seria mantido aberto o canal de comunicação para eventual retorno do representante do BNDES ao Gape.

**Conrado Leiras Matos, Chefe de Departamento de Educação do BNDES**, se despediu e agradeceu a todos pela atenção.

### 3. ACOMPANHAMENTO DA EACE

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, passou para o 3º item da pauta, Acompanhamento da EACE, e passou a palavra para que **Maxwell Borges de Moura Vieira**,

**Presidente da EACE**, reportasse o andamento dos trabalhos da entidade.

**Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade para que a EACE pudesse fazer um relato do trabalho que vem sendo realizado. Informou que, além dele, estavam presentes pela EACE, **Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE**, e **Marcelo Ribeiro, sócio da KPMG**, consultoria que foi contratada para dar apoio à EACE.

Trouxe uma Apresentação (8765964), que foi anexada a esta Ata, sobre o andamento dos trabalhos da EACE e mostrou a cronologia do andamento dos trabalhos. Informou que no dia 10 de março aconteceu a constituição da entidade; no dia 4 de abril, foram contratados ele, **Maxwell Borges de Moura Vieira**, como presidente e Luiz Carlos Gonçalves, como COO da EACE; no dia 6 de junho, foi contratada a consultoria da KPMG e; no dia 14 de junho, ocorreu a reunião inicial entre a EACE, a KPMG e as empresas associadas.

Informou os avanços dessa reunião: (i) aprovação da política de compras da EACE, para viabilizar as primeiras contratações que envolvem a montagem da estrutura e permitem atender de forma eficiente às determinações do Gape; (ii) estabelecimento do Organograma de Arranque da EACE, que deve ser aprovado em assembleia geral das associadas; (iv) estabelecimento de prioridades de contratação para EACE e; (v) política de governança e *compliance* que está em processo de elaboração.

Trouxe o detalhe das RFPs (*request for proposal*) já iniciadas, para permitir o funcionamento da EACE.

Informou que a EACE fará reuniões semanais de acompanhamento e que está acompanhando os subgrupos do Gape, tendo participado da reunião do SGT Diagnóstico e está à disposição para trabalhar em conjunto e participar de reuniões dos demais subgrupos, o SGT Financeiro e o SGT Comunicação.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, se manifestou para alertar, sobre a necessidade de aceleração dos trabalhos da EACE. Disse entender a necessidade da estruturação, que seria legítima, por se tratar de uma empresa que está nascendo do zero, diferente do Gape, que nasceu de um grupo constituído por pessoas de diversos órgãos e de operadoras, que se reúnem para decidir.

Informou sobre a apresentação do primeiro protótipo de projeto piloto, que iria ocorrer a seguir, ainda na reunião em curso, e considerava que, com poucas discussões, estaria aprovado pelo Gape e seria submetido à aprovação do Conselho Diretor da Anatel. Entendia que, em três reuniões, a partir daquela data, o projeto piloto seria entregue à EACE, para que providenciasse a sua execução, que certamente teria a supervisão e fiscalização do Gape.

Esclareceu não estar dizendo que haveria morosidade e que compreendia as dificuldades enfrentadas. No entanto, solicitou que houvesse um aceleração das ações da EACE, uma vez que, segundo a apresentação que foi feita, no próximo dia 14 de julho, por exemplo, haveria aprovação de alguns processos que permitiriam a montagem da estrutura, e, por outro lado, já no mês de agosto, ou no máximo em setembro, entendia que o Gape poderia ter o projeto piloto aprovado e sendo entregue para que a EACE inicie a conexão de algumas escolas.

Nesse sentido solicitou ao **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, que demandasse junto aos representantes das operadoras na Assembleia essa reivindicação do Gape.

Afirmou estar submetendo suas observações aos demais membros do Gape, para que se manifestassem, caso tivessem alguma discordância, e que entendia que o silêncio seria um indicativo para que fosse mantida a sua solicitação ao **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, para que acelerasse um pouco mais o andamento da instituição e montagem da estrutura da EACE, a fim de permitir o início do projeto piloto do Gape.

**Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, respondeu a **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, dizendo para não ter dúvida da consciência dessa urgência, por parte da EACE. Informou que o diagnóstico, feito na mencionada reunião de 14 de junho, identificou essa urgência, considerando a iminência da aprovação do projeto piloto.

Esclareceu que a aprovação da política de compras da EACE e o início das contratações já eram reflexo desse diagnóstico, considerando a necessidade da estrutura para iniciar as contratações e que já estavam sendo tomadas as demais providências. Afirmou haver total empenho para estarem prontos para a realização de tudo aquilo que fosse demandado pelo Gape.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu ao **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, pela apresentação e pelas informações sobre os encaminhamentos, desejou sucesso na empreitada e reforçou o pedido para aceleração no andamento dos trabalhos da EACE.

#### 4. APRESENTAÇÃO SOBRE O PROJETO PILOTO DE CONECTIVIDADE NAS ESCOLAS E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DO SUBGRUPO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO E PROJETOS

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, passou para o 4º item da pauta, que seria a Apresentação sobre o projeto piloto de conectividade nas escolas e Acompanhamento dos trabalhos do Subgrupo Técnico de Diagnóstico e Projetos e passou a palavra para que **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, fizesse suas considerações.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, agradeceu, cumprimentou a todos e passou a fazer a Apresentação da Seleção de Escolas para o Projeto Piloto (8740303), que foi anexada a esta Ata.

Esclareceu que o 1º passo para a seleção das escolas, que estava em linha com as Diretrizes aprovadas pelo Gape, seria o atendimento a escolas sem nenhum tipo de conectividade. Assim, na proposta apresentada, foram retiradas, inicialmente, as escolas que já tinham algum tipo de conectividade identificada, seja pelo censo escolar, quando a escola autodeclara dispor de algum tipo de Internet, seja por estar inserida em algum programa, como PBLE, Gesac ou Nordeste Conectado, ou seja pela informação de que dispõe do medidor de velocidade do NIC.br.

Afirmou que, do total de 138.803 escolas públicas em atividade, resultou um conjunto de 10.422, com no mínimo 15 alunos, sem Internet, sendo que 90% delas estão situadas nas regiões Norte e Nordeste do país; 2.198 não dispunham de energia e 1.575 dispunham de energia fóssil ou renovável. Informou que foi feito esse destaque, uma vez que não haveria como saber, de antemão, se essas duas modalidades de energia seriam suficientes ou não para garantir a conectividade que se pretende instalar.

Apresentou o mapa do Brasil para permitir a visualização das 10.422 escolas sem Internet e passou para o 2º passo, para a definição do Projeto Piloto, informando que, assim como foi feito no projeto do BNDES, seria feita a seleção de municípios visando o atendimento da rede municipal como um todo.

Para selecionar os municípios, apontou alguns indicadores que iriam compor um índice para a seleção desses municípios para o projeto piloto. Sugeriu como índices o IDH-M, que refletiria as condições sócioeconômicas; o percentual de alunos desconectados, que refletiria a quantidade de alunos impactados; a densidade do SCM que indicaria a disponibilidade pré-existente de infraestrutura de banda larga; e a localização diferenciada que englobaria comunidades indígenas, quilombos e assentamentos.

Esclareceu que, para o Projeto Piloto, municípios com menor IDH-M receberiam maior pontuação, assim como municípios com maior número de alunos desconectados. Afirmou partir do pressuposto de que os municípios para o piloto dispõem de infraestrutura de banda larga pré-existente, suficiente para se fazer a extensão dessa rede chegar até as escolas e que assim, quanto maior a densidade do SCM no município, maior o número de pontos ele ganharia no indicador. E, com relação à questão da localização diferenciada, conforme classificação do Censo Escolar, receberiam mais pontos, quanto maior o número de escolas indígenas, ou situadas em quilombos ou em assentamentos rurais.

Avançou para o 3º passo, dizendo que, uma vez pontuados todos os municípios, se obteria uma lista, da maior para a menor pontuação, para que se pudesse selecionar, ainda que com duas outras restrições, a primeira que o município dispusesse de fibra ótica e a segunda, de serem municípios com no máximo 25 escolas. Esclareceu que essas restrições se justificariam, justamente, para que o projeto piloto não fosse tão desafiador e difícil de implementar, a ponto de perder o significado de servir de teste para a implementação dos projetos do Gape.

Concluiu, apresentando uma proposta, já discutida internamente, para o Projeto Piloto:

Escopo:

Esclareceu que o piloto teria como escopo realizar todas as etapas do atendimento da escola: (i) a última milha da rede até a porta da escola; (ii) Banda Larga; (iii) a Rede Interna e; (iv) o Laboratório de Informática, com os equipamentos. Afirmou que essa entrega ofereceria a possibilidade de os alunos desfrutarem dessa infraestrutura tão logo se finalizasse a implantação. Disse que também

poderia ser interessante eleger alguns casos específicos como piloto, de levar energia elétrica para uma ou outra escola, considerando a iniciativa já em andamento do Ministério da Educação junto ao Ministério de Minas e Energia, de levar energia elétrica para algumas escolas. Dessa maneira, todas as etapas dos projetos do Gape seriam contempladas no projeto piloto.

#### Abrangência:

Apresentou uma ideia inicial, em linha com o que já tinha sido apresentado no trabalho do BNDES, de atuar nas 5 Regiões do país, em, pelo menos, 3 Estados de cada Região, em 1 Município por Estado da Região, perfazendo em torno de 200 escolas.

Complementou dizendo que a proposta era alcançar todas as escolas dos Municípios selecionados nas 5 Regiões do país e o desafio da EACE seria atender todas as escolas com sua diversidade: sem internet; sem energia; com internet insuficiente; sem rede interna Wi-Fi; sem laboratório de computação; e, ainda, alcançar escolas específicas em áreas diferenciadas, indígenas, quilombolas e em assentamentos, para tentar, nesse piloto, já verificar as várias realidades que, no final das contas, o Gape irá enfrentar quando o processo começar a ganhar ritmo.

Apresentou os próximos passos, afirmando que, após a seleção dos municípios, deveria ser feito o agrupamento das escolas por tipo, (sem energia; sem internet; com internet insuficiente; sem rede interna; sem laboratório de informática), para que pudesse ser feita a estimativa de custos e uma proposta de cronograma para entrega das escolas.

Com relação a estimativa de custos para atender a cada tipo de escola, apontou como referências disponíveis, o Modelo de Custos Anatel, para estimativa do custo da rede externa à escola e as iniciativas como da RNP, BNDES e Nordeste Conectado e outras em curso, para estimativa de custos de equipamentos.

Afirmou que, após realizada a estimativa de custos e um cronograma de entrega das escolas, a proposta do Projeto Piloto seria encaminhada para aprovação do Conselho Diretor da Anatel.

Apontou ainda a necessidade dessas definições serem feitas em conjunto com a EACE, que será a responsável pela execução do Projeto.

Concluiu agradecendo e apontando que a proposta do Projeto Piloto era de tentar alcançar todas as escolas do município, em todas as regiões do país, para que, de alguma forma, se pudesse contemplar as várias realidades, os vários tipos de escolas que existem pelo país.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu e elogiou a proposta feita por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, afirmou que, embora o projeto fosse bastante arrojado, certamente iria receber muitas contribuições com visões complementares que poderiam enriquecer o projeto e passou a enumerar alguns pontos que considerava importantes.

Abordou inicialmente o fato de ter sido proposto o atendimento de todas as escolas de um mesmo município e, com isso não deixar uma única escola atendida e as demais escolas do mesmo município sem atendimento e indagou se seria isso?

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, esclareceu que essa ideia inclusive não só evitaria de deixar uma escola atendida isoladamente dentro do município, como também se ganharia sinergia com o contato com a Secretaria de Educação, por exemplo, que seria aproveitado para todo o município, com a contratação do provedor local, para construir a infraestrutura, que já atenderia a todas as escolas.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, se referiu à abrangência da proposta do Projeto Piloto para afirmar que parecia bastante interessante pela diversidade, mas manifestou sua preocupação em relação à quantidade de 200 escolas, em cinco regiões do país, e questionou se não iria demandar muito tempo para a execução de um piloto.

Afirmou considerar uma excelente ideia para o Projeto Piloto o atendimento de todas as escolas de um município, mas gostaria de sugerir a possibilidade de serem contempladas, também no piloto, algumas

escolas isoladas, considerando algumas peculiaridades individuais que poderiam ser apontadas em outra oportunidade.

A seguir abriu a palavra para manifestação dos demais participantes da reunião.

**Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, questionou sobre o fato de terem sido excluídas escolas com menos de 15 alunos, lembrando que o programa do Ministério das Comunicações já exclui essas escolas e, pensando em complementaridade talvez fosse o caso de incluir essas escolas. Questionou também a referência ao atendimento à 10.422 escolas sem internet e nos slides subsequentes ter sido feita menção a escolas com internet insuficiente.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, lembrou a indicação como diretriz, de implementar a conectividade, prioritariamente, naquelas escolas que não tinham nenhum tipo de conectividade. Esclareceu que foram selecionadas as escolas que não tinham nenhuma conectividade e que foram mais bem pontuadas, para efeito de serem escolhidos os municípios com mais alunos desconectados. Complementou afirmando que a referência das escolas desconectadas foi utilizada para pontuar e fazer a escolha dos municípios, no entanto, após escolhido o município, a proposta seria atender todas as escolas desse município, permitindo que o piloto alcançasse um maior número de cenários de atendimento de escolas.

**Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, se manifestou satisfeito com os esclarecimentos e levantou outra questão, com relação a escolha de municípios com *backhaul* de fibra. Afirmou ter entendido a lógica de escolha de municípios com fibra para o Projeto Piloto, com foco no potencial de viabilidade do projeto, considerando o prazo para execução do piloto e a finalidade de se alcançar subsídios para a realização dos projetos do Gape. No entanto, sugeriu que se pensasse na inclusão, propositadamente, no piloto, de algum município, sem *backhaul* de fibra e que, eventualmente, fosse feito algum ajuste no cronograma. Justificou essa sugestão, lembrando da existência de propostas de satélites de baixa órbita, afirmando que considerava que não se poderia perder a oportunidade de, na prática, testar esse tipo de atendimento para algumas escolas. Afirmou ainda que, tomando como base os parâmetros para a instalação de antenas do *wi-fi* Brasil, em 30 dias se conseguiria colocar uma antena. Sugeriu ainda que, não necessariamente por meio de uma contratação, mas por meio de uma parceria entre a EACE e alguma das novas operadoras do mercado, o Gape poderia aproveitar para avaliar a possibilidade do atendimento via satélite, para os casos mais desafiadores, como o caso de municípios que dificilmente seriam alcançados pela fibra ótica.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, respondeu que a decisão de retirar os municípios sem fibra, para o projeto piloto, levou em consideração que os municípios hoje sem fibra estão contratados, pelo menos teoricamente, ou no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) ou no Edital de 5G, para terem fibra até 2025/2026, que é um prazo relativamente curto. Imaginou, portanto, que o atendimento poderia seguir o cronograma, começando por municípios que já dispõem de fibra e avançar, conforme os demais municípios fossem recebendo o *backhaul* de fibra. Afirmou também que vão existir escolas rurais, distantes da sede municipal, que não serão atendidas por fibra, mesmo em municípios com fibra na sede e disse concordar que, nesses casos, caberá sim o atendimento por meio de satélite.

**Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, se manifestou para comentar o que **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, tinha dito, que considerava muito pertinente. Iniciou lembrando que o atendimento a escolas com menos de 15 alunos estaria contemplado no critério de velocidade dentro das diretrizes, quando se fazia referência ao patamar mínimo de velocidade para soluções cabeadas em fibra ótica que, quando disponível, deveria ser 50 Mbps para escolas de 15 a 199 matrículas.

Com relação à questão de testar modelos, afirmou que se fosse seguido o modelo de atendimento ao município como um todo, iriam ser abarcadas uma série de situações. Afirmou ainda que a escada de escolha tinha sido a de ranquear inicialmente por escolas que se desejava atender (sem conectividade) e, dentro desse universo, identificar os municípios utilizando os diversos critérios, de menor IDH-M, de percentual de quantidade de alunos impactados, etc...e, uma vez escolhido o município, seriam atendidas todas as escolas desse município. E, ao se utilizar esses critérios e tentar identificar visualmente quais seriam esses municípios, eles certamente conteriam escolas em categorias de já bem atendidas e escolas, por exemplo, a 30 km da sede, onde não se viabiliza o atendimento com fibra ótica.

Disse estar levantando esse ponto, uma vez que parece dialogar bastante com o ponto apontado por que **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, de testar soluções de atendimento por satélite, uma vez que não se viabilizará solução terrestre para todas as escolas do Brasil.

Afirmou considerar oportuna e elegante a solução de atendimento a todo o município, uma vez que podem ser testados diversos modelos, se obtém sinergia para discussão de todos os aspectos da conectividade das escolas junto aos entes públicos do município e o Gape consegue entregar o município completo, no padrão Gape de atendimento, conforme definido em suas Diretrizes. Além disso, não haverá dúvida sobre o que vai ser feito dentro do município, além de ser uma sinalização muito positiva, inclusive do trabalho realizado pelo Gape, contemplando todas as necessidades de um município específico.

Lembrou, no entanto, que no momento está sendo definido o Projeto Piloto e sendo identificados os critérios para a escolha de municípios específicos para o piloto e que, na hora de serem definidos os projetos do Gape, vão ter que ser definidos outros critérios para o atendimento aos municípios, com o dinheiro disponível. Afirmou supor que quando, de fato, os projetos forem executados, para as 10 mil escolas, podem ser executados por otimização de rotas, em uma sequência de municípios, em rotas de rodovias mesmo, com a otimização da equipe e da logística dentro do próprio Estado. No caso em discussão, do Projeto Piloto, quer se testar diferentes regiões, diferentes realidades do Brasil, por isso a divisão em cinco regiões do país e estados diferentes, para que possam ser avaliados os atendimentos em diferentes situações e com no máximo 200 escolas, para endereçar a preocupação com o tempo gasto com o projeto piloto.

Além disso, afirmou que, considerando o tamanho do Brasil, dificilmente seria feita uma contratação centralizada para todo o país. Nesse sentido, os projetos do piloto, poderiam ser feitos em paralelo, em parceria com os provedores locais, otimizando o tempo de execução porque, no caso do piloto, os projetos estão pulverizados e, dificilmente, a equipe que atender um município do nordeste atenderá também um município do sul do país. Disse ainda que se os projetos forem em 100 municípios, eles seriam executados em paralelo. Assim, afirmou entender que não se vai ter um problema de tempo de execução, mas de contratar tudo e que, uma vez feita a contratação, cada equipe vai executar o projeto para o qual foi contratada, não se vislumbrando sobreposição.

Concluiu afirmando que, com relação ao piloto, o que se precisa, na prática, é avaliar se fazem sentido todos os critérios apresentados, para que se possa escolher os primeiros municípios, considerando esses critérios. Assim, é possível avaliar se estão sendo contempladas as diferentes características que se pretende e, caso não estejam contempladas, poderão ser pincelados casos que atendam o que se pretende avaliar.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, se manifestou para retomar o ponto apontado pelo **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, sobre o atendimento de escolas com menos de 15 alunos, e dizer que, quando se propunha o atendimento de todas as escolas do município, as escolas com até 15 alunos também estavam sendo contempladas.

**Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, questionou se, no caso dos critérios de escolha, haveria previsão, por exemplo, para questões relacionadas ao laboratório de informática e se o Gape também deveria tomar decisão de como seria o laboratório e quais seriam os equipamentos a serem adquiridos. Questionou também se, no caso das escolas sem energia, o Gape deveria decidir pela tecnologia que seria utilizada. Por fim, perguntou se, considerando as inúmeras realidades a serem enfrentadas, o Gape pensava em criar algum subgrupo técnico para tratar dessas questões ou a discussão e o encaminhamento desses assuntos se daria no próprio SGT Diagnóstico.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, respondeu que não saberia dizer se seria criado um subgrupo técnico para essas atividades e que isso poderia ser discutido, inclusive com a participação mais técnica das próprias operadoras, que ainda não se manifestaram. Mas, considera ser possível para o SGT Diagnóstico e Projetos realizar essas definições, inclusive da parte mais técnica, mesmo da rede interna e externa e demais parâmetros.

Sobre a outra questão, se o Gape iria, por exemplo, definir as questões do laboratório de informática e equipamentos, mencionou que a apresentação feita pelo BNDES trouxe diversas questões que poderiam

ser exploradas, como experiência. Assim, disse ter interesse em ouvir a opinião do MEC, sobre o porquê de o BNDES ter financiado os carrinhos com laptops, ao invés de ter financiado laboratório de informática. Afirmou que o MEC teria mais condições de explicar por que foi dada preferência ao carrinho que movimentava os laptops até às salas de aula, ao invés da montagem de um laboratório de informática com desktops, para onde os alunos deveriam se dirigir e enfatizou que essa era uma decisão que deveria ser tomada em conjunto.

**Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, se manifestou para comentar os pontos trazidos pelo **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**. Disse considerar que caberia sim ao Gape fazer as especificações, pelo menos o estabelecimento dos requisitos, o que, segundo ele, exigiria, obviamente, um debate técnico. Considera que esse debate acontecerá, provavelmente, no próprio SGT Diagnóstico, uma vez que o subgrupo também trata de projetos e, assim, terá que tratar de toda a especificação. Afirmou ainda que, com relação aos equipamentos, vão ter que ser tomadas decisões, por exemplo, sobre que tipo de notebooks que seriam alocados aos projetos e que o debate para se chegar a essa decisão exigirá subsídio das experiências já realizadas, com relação a equipamentos adequados e quantidade necessária. Reafirmou que a especificação de tudo deverá ser feita no âmbito do Gape.

**Hélio Mauricio Miranda da Fonseca, do MCOM**, cumprimentou a todos e agradeceu ao **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, pela apresentação e levantou a dúvida relacionada à quantidade de escolas, considerando também a necessidade de prazo muito longo para a finalização do Projeto Piloto.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, disse concordar que um prazo muito longo não faria muito sentido para um piloto, mas, o que considerava como crítico para o piloto não era a quantidade de escolas e sim a dificuldade para a execução de projetos mais desafiadores. Disse imaginar que o que mais poderia impactar o cronograma seria o tipo de escola, o tipo de instalação que seria necessária, como por exemplo, para o atendimento a uma escola que estivesse a 10 km da área urbana, que exigiria a instalação de postes, a instalação dos 10 km de fibra e que, portanto, o tempo para essa construção seria muito mais impactante do que o quantitativo de 100 ou 200 escolas, que sendo distribuídas pelo país, não seriam atendidas em série, mas em paralelo, por equipes distintas. Observou que, na experiência do BNDES, apesar de não ter sido comentado, foram atendidas 50% das escolas do município e que, muito provavelmente, foi feita uma avaliação de facilidade do atendimento para a escolha das escolas. Afirmou que esse comentário seria só para reafirmar sua ideia inicial de que o maior desafio não era a quantidade de escolas em si, mas a localização das escolas que poderia exigir a construção de uma infraestrutura que demandaria mais tempo.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, levantou uma outra preocupação, sobre o que foi apresentado pelo BNDES que seria a capacidade de aquisição de insumos para dar vazão ao andamento dos projetos do Gape e trouxe o exemplo do Gaispi, que teve que suspender os projetos, considerando falta de material.

**Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, esclareceu que dificuldade do Gaispi seria a necessidade de compra feita em massa, de material muito específico, o que não seria o caso do Gape, especialmente para o atendimento do Projeto Piloto, por se tratar de material comum (computadores, cabos, roteadores) e não com as especificidades das antenas e demais aparatos exigidos pelo Gaispi. Disse que pode até ser que na etapa de se realizar os projetos o Gape tenha que se preocupar, de alguma maneira, com o provimento de algum material específico, mas para o Projeto Piloto não seria o caso.

**Hélio Mauricio Miranda da Fonseca, do MCOM**, sugeriu que fosse feita uma conversa com EACE, que poderia ter maior sensibilidade para fazer estimativa de prazos, considerado o cenário desenhado, com diversidade de projetos e pequeno prazo e a possibilidade de impacto para a realização do projeto piloto. Assim, poderia se rever quantidades e prazos, se fosse o caso.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, informou que poderia ser feita uma conversa com a EACE, mas também com a RNP, que tem bastante experiência e que tiveram um problema de fornecimento. Disse também que poderia ser interessante conversar com outras instituições privadas, como a Datora, que teve recente experiência noticiada pela mídia, a fim de que o Gape tivesse mais referências, além da do BNDES, que teve problemas no processo de contratação em função do atraso na licitação.

**Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, chamou atenção para outro ponto já mencionado na apresentação de **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, e sugeriu duas alternativas para o monitoramento dos projetos: (i) por meio do envolvimento do pessoal da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, para que apoiasse o acompanhamento do programa, o que não significava que a Enap iria colocar a "mão na massa", mas que poderia, por exemplo, fornecer uma metodologia de acompanhamento, propondo os dados que deveriam ser captados e a EACE executaria esse monitoramento ou; (ii) por meio de eventuais parceiros, que a EACE poderia considerar, se faria, por exemplo, uma espécie de acordo com algum Instituto ou Universidade ou um grupo de pesquisa, que tivesse interesse em auxiliar no processo de monitoramento e acompanhamento.

Com relação ao cronograma, sugeriu que ele deveria permitir flexibilidade e que, do ponto de vista da execução, os projetos poderiam ser implementados por “ondas” - primeiro a da conectividade, depois a de aquisição de equipamentos, a seguir a da instalação, da rede interna, do laboratório de informática - e que, a cada onda, estaria sendo testada uma etapa do projeto. Afirmou que os projetos avançariam sim, em paralelo, conforme mencionado pelo **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, mas que poderiam ir sendo avaliados a cada etapa. Afirmou que se poderia pensar, dentro do cronograma de execução, em uma onda de conectividade, uma onda de compra de equipamentos, uma onda de instalação do Wi-fi etc, e que não se deveria pensar no cronograma de execução do Projeto Piloto sempre em escolas prontas, mas no resultado de cada onda/etapa, que fosse sendo superada e o processo dominado, para o estabelecimento de boas práticas, que subsidiariam a execução de todos os projetos do Gape. Afirmou que com as entregas por ondas, mesmo que não se finalizasse o projeto como um todo, dentro do cronograma inicialmente estipulado, ele já teria cumprido sua função de piloto, para etapas específicas do projeto.

Sobre outro ponto, em relação aos questionamentos do **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, e os comentários já feitos pelos demais, disse entender a posição do **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, acerca de que o Gape deveria especificar o que seria adquirido para rede interna, para o laboratório etc, mas disse entender que o Gape deveria se valer da natureza da EACE, para que fornecesse os subsídios para essa decisão. Afirmou que poderia sim se alcançar um bom resultado, ouvindo o MEC e demais experiências em curso no país, no entanto, considerava que a EACE teria melhores condições para acionar potenciais fornecedores, para serem vislumbradas várias soluções, inclusive soluções aplicadas em outros Países ou em outras Unidades da Federação, soluções da Cisco, da Samsung etc, que comporiam um menu, para ser apresentado como subsídio à decisão do Gape.

Esclareceu que seus comentários, acerca do monitoramento, que poderia ser feito por meio de alguma consultoria ou parceria, e esse agora, a respeito da especificação da rede interna, seriam no sentido de que o Gape poderia explorar melhor a EACE e a agilidade de uma entidade não governamental, para a obtenção de subsídios para suas decisões.

**Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, se manifestou para dizer que considerava ótimo esse ponto apontado por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, com relação à geolocalização das escolas e afirmou que não considerava crítica essa informação, a ponto de impedir a execução dos projetos do Gape e que, certamente, não existia essa informação para muitas escolas em nenhuma base de dados. Afirmou que, se ninguém foi até a escola para capturar a latitude e a longitude, a informação de georreferenciamento daquela escola deveria estar incorreta. Comentou que já havia sido observado em levantamentos feitos pela EACE que várias escolas estão com o mesmo *Lat Long* da prefeitura e que, na sua percepção, como parte do processo, o Gape poderá ser um colaborador para a atualização das bases de dados.

Lembrou que já havia sido discutido em reuniões anteriores que, antes de se ir à escola para a execução de um projeto, deveria acontecer, em uma primeira etapa, um *survey*, a ser feito por uma equipe de avaliação. Assim, entendia que alguém terá que ir até a escola para avaliar o tipo e estado da infraestrutura dessa escola, pois as informações e os dados públicos servem para dar a *Big Picture* de tudo que terá que ser feito, mas, na hora da execução, haverá necessidade de se conhecer a realidade da escola e ter um pouco mais de certeza, além das informações das bases de dados, e por isso, também não considerava crítico ter, a priori, a informação do georreferenciamento.

**Daniela Naufel Schettino, representante do MCOM**, se manifestou para informar que quando se pensa em levar internet para a escola, vai ser feita uma visita à escola, mas para levar energia, o Ministério de Minas e Energia - MME solicita o *Lat Long*, pois precisa colocar essa informação no planejamento do que será demandado às distribuidoras que vão levar energia. Disse considerar importante não desvincular muito essa questão da energia do MME, pois com a atuação do MME, a energia é colocada na escola, como obrigação da Distribuidora, que terá obrigação também de fazer a manutenção dessa energia, seja no caso do painel solar ou outra. Afirmou sobre uma reunião a ser realizada entre o MCOM e o MME, na próxima semana, quando será cobrado um cronograma da instalação de energia para aquelas escolas que estão sem energia e que, tão logo tivesse esse cronograma, informaria ao Gape. Acrescentou, que o *Lat Long* seria então necessário para essas escolas, que estão ainda sem energia, mas que no caso de escolas que já dispõem de energia, essa informação seria, de fato, menos importante.

Informou ainda que o Nic.br, a pedido do MEC desenvolveu um aplicativo que pode ser acessado por alguém na escola e que permite que seja capturado o *Lat Long* e que seria uma outra forma de se obter essa informação.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, se manifestou sobre os comentários feitos por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, sendo o primeiro com relação à instalação em ondas e alertou que tudo dependeria também do processo de contratação que fosse adotado, pois, se fosse definido que o vencedor do chamamento terá obrigação de colocar conectividade e também os equipamentos, essas entregas acontecerão juntas. E, de outra forma, se fosse definido que haveria um chamamento para colocar fibra ótica até a porta da escola e outro chamamento para colocar a conectividade, efetivamente a banda larga, e ainda outro chamamento para equipamentos, então as entregas seriam feitas, de fato, por ondas, mas disse entender que tudo iria depender do processo de licitação. Com relação ao comentário sobre o *Lat Long*, disse considerar que se existirem bons produtos de prateleira, já formatados, a informação de georreferenciamento não seria importante, pois ao chegar ao município, se acontecer de uma escola estar com o *Lat Long* de área urbana e ela, de fato, estiver a 30 km da sede e que a solução de atendimento é satélite, então pode se buscar pelo projeto de satélite para o atendimento dessa escola. Assim, disse considerar que a informação mais precisa da localização da escola poderia ser contornada se já tivesse sido desenhada uma solução para cada tipo de atendimento.

**Daniela Naufel Schettino, representante do MCOM**, se manifestou com relação à contratação da conectividade para escolas, no caso de haver necessidade de lançamento de fibra ótica. Disse que quando a EACE fosse lançar uma *RFP* para essa contratação, iria precisar de uma localização um pouco mais apurada, que não necessariamente fosse o *Lat Long*, mas que seria necessário, pelo menos, o endereço da escola, para que se recebesse propostas reais e bem orçadas. Caso contrário, o provedor de fibra que fez a proposta, ao ter a real localização e perceber que a localização não era precisa, ou afirmaria que não conseguiria atender ou o custo desse atendimento poderia ser 10 vezes maior, inviabilizando o atendimento. Nesse sentido, afirmou considerar que, nesse caso, mesmo que não se disponha do georreferenciamento, seria sim importante dispor a priori do endereço da escola.

Aproveitou para informar que o MCOM já teria um primeiro resultado do processo de conexão de escolas iniciado em 2021, com uma chamada feita pela RNP, e que havia sido dada preferência para conexão em fibra ótica, depois via rádio e que não houve limitação para atendimento via satélite, mas foram exigidas latência e velocidade mínimas. Assim, não seria qualquer satélite que cumpriria os requisitos do edital. Informou que, surpreendentemente, no início de 2022, se conseguiu propostas para todas as 8.300 escolas urbanas e rurais, que declaravam não dispor de internet e que atendiam aos critérios do chamamento.

Relatou que se previa que, após 30 dias, a partir da contratação, as escolas estariam atendidas e começaram a ligar para as escolas, a fim de comunicar sobre o atendimento e, nesse momento, se depararam com a principal dificuldade do projeto, que foi o contato com as escolas. Afirmou que se conseguiu contatar cerca de 2.500 escolas, das 8.300 que receberam propostas, e agora se iniciaram as contratações. Informou que o contato servia para confirmação de informações, se a escola dispunha ou não de internet e se havia interesse da escola naquela conexão, quando se constatou o caso de algumas escolas, que constam das bases de dados, como sem acesso à internet, mas que, ao entrarem em contato

com a escola, receberam a informação de que a escola não queria o atendimento pois já estava atendida. Assim considera que realmente tem que ser feito o contato com a escola e esclareceu que o projeto em questão tratava só da conectividade à internet até a porta das escolas e que se tratava de um piloto, que já estava resultando em aprendizado e disponibilizou um link, com informações frequentemente atualizadas, para eventuais consultas sobre esse projeto: <https://www.rnp.br/sistema-rnp/fornecedores/conexao-internet-escolas>

Concluiu, dizendo que, no caso do Gape, era muito boa a proposta de ir ao município e ter contato direto com o Secretário Municipal de Educação, pois endereçava boa parte dos problemas que trouxeram atraso ao mencionado programa em curso com a RNP.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, ao verificar que não havia nenhuma inscrição para manifestação, afirmou que considerava que a matéria tinha sido bem debatida e que estava muito satisfeito com o trabalho realizado e com o debate feito sobre o Projeto Piloto, que merecia reflexão de todos, para que, na próxima reunião, a proposta já estivesse amadurecida para um protótipo mais próximo daquilo que seria aprovado.

**Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, também manifestou ter gostado muito do debate e sugeriu que se tentasse, para a próxima reunião, dar mais materialidade à proposta, com a indicação de alguns municípios que poderiam compor o Piloto, com a respectiva localização, a fim de se visualizar e ter maior clareza daquilo que se discutiu hoje, fazendo um ranking desses municípios, que facilitasse a decisão do Gape sobre o Projeto Piloto.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, concordou e afirmou que, em se definindo os municípios na próxima reunião, também se poderia dar o passo seguinte, que seria pensar em custos e já se ter uma primeira estimativa do custo de um projeto. Concluiu afirmando que se evoluiu muito bem e passou para o próximo item da pauta.

#### 5. INFORMAÇÕES SOBRE O SUBGRUPO TÉCNICO FINANCEIRO

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, passou para o item 5 da pauta e convidou **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT Financeiro**, para que apresentasse as informações acerca dos trabalhos do SGT Financeiro.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT Financeiro**, cumprimentou a todos e disse ser uma fala bem rápida, considerando que o Gape ainda está em fase de discussão de definição do Projeto Piloto e que, do lado financeiro, ainda estão sendo realizados os aportes. Disse que, conforme apresentado pelo **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, já estão sendo resolvidas questões administrativas de estruturação da EACE, que envolvem contratações e custos e, ainda que não sejam custos relevantes, considerando o orçamento para implementação dos projetos, o SGT Financeiro já está sendo estruturado e já foi feita a indicação dos representantes por todas as prestadoras, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério das Comunicações e pela EACE.

Informou que foi agendada uma primeira reunião, para que o grupo possa se conhecer e debater sobre as primeiras percepções a respeito da parte financeira, já que, em futuro breve, terá que se debruçar sobre a questão do planejamento financeiro. Assim, quando se tiver a aprovação do Projeto Piloto, disse considerar importante que o SGT Financeiro esteja estruturado para execução de suas atividades. Afirmou que na reunião agendada para o início de julho o SGT trataria de um documento de diretrizes e de metodologia de operação de trabalho do grupo. e concluiu agradecendo e dizendo que essas eram as notícias que teria a apresentar.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu as informações apresentadas e passou para o próximo item da pauta.

#### 6. INFORMAÇÕES SOBRE O SUBGRUPO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, se referiu ao item 6 da pauta que tratava do SGT Comunicação e passou a palavra para que **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT de Comunicação**, fizesse suas considerações.

**Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT de Comunicação**, cumprimentou a todos e informou estar aguardando algumas definições também da EACE, principalmente com relação à

contratação de uma Assessoria de Imprensa, para fazer a comunicação externa, uma vez que a Anatel não teria como realizar a elaboração de peças e divulgação do material.

Informou que ainda não tinha sido agendada uma reunião do SGT de Comunicação, e, assim que recebesse todas as indicações de participação, seria agendada a primeira reunião do grupo, para definição das diretrizes e elaboração de um plano de comunicação, para quando se tivesse em mãos o que precisaria ser informado.

Finalizou, agradecendo e afirmando acreditar que o primeiro documento de comunicação que o SGT deveria apresentar seria acerca do Projeto Piloto, quando estivesse em vias de ser implementado.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu as informações prestadas e alertou ao **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, sobre a importância da celeridade da estruturação da EACE, uma vez que seria o braço executivo e operacional do Gape.

## 7. OUTROS ASSUNTOS

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, passou então para outros assuntos que eventualmente devessem ser abordados e que não constassem da pauta.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, pediu licença para comunicar que já tinha sido desenvolvido internamente na Anatel, o Painel de Escolas, que mostra o resultado do diagnóstico das escolas. Informou que o link para o painel já havia sido circulado entre os membros do Gape, para que pudessem fazer contribuições de melhoria e que seria tornado público, tão logo o Gape considerasse oportuno.

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, agradeceu a informação e ao constatar não haver outros assuntos a serem tratados, passou para os últimos pontos da pauta.

## 8. PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS

**Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, ao tratar da próxima reunião e dos próximos passos, lembrou que o Regimento Interno do Gape prevê a realização de reuniões mensais. Assim, sugeriu que a próxima reunião acontecesse, na terça-feira, dia 05 de julho de 2022, às 15h00, de forma remota e, como não houve objeções, ficou definida essa data para a próxima reunião ordinária do Gape.

A seguir, manifestou alegria, honra e satisfação em ter estado a tarde inteira debatendo sobre o tema da conectividade das escolas, debate esse, que considerou absolutamente rico e proveitoso e aproveitou para registrar um extra pauta que tinha feito na última sessão do Conselho Diretor da Anatel, sobre a aprovação no Congresso Nacional de uma Proposta de Emenda Constitucional - PEC, que estaria na iminência de ser promulgada, tendo sido aprovada pelo Senado e tendo ido para a Câmara dos Deputados, colocando a inclusão digital como direito fundamental do cidadão, o que considerava um grande avanço.

Finalizou, agradeceu a participação de todos e informou que o **Secretário do Gape** encaminharia a minuta de ata da presente de reunião aos demais membros, para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 6ª Reunião Ordinária do Gape.

## ANEXOS

**Apresentação, Iniciativa BNDES Educação Conectada (8710098)**

**Apresentação EACE (8765964)**

**Apresentação SGT Diagnóstico da Seleção de Escolas para o Projeto Piloto (8740303)**

## APROVAÇÃO

8.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

8.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os

participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Secretário do Grupo**, em 28/07/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 28/07/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, Usuário Externo**, em 28/07/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Usuário Externo**, em 28/07/2022, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Usuário Externo**, em 03/08/2022, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Pereira Ibitinga de Barros, Diretora de Planejamento Regulatório**, em 15/09/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Miranda Coelho, Usuário Externo**, em 18/10/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8665360** e o código CRC **1A564AA4**.